



Em 81, a demolição já tinha começado. E parece que não vai parar



Os casarões foram derrubados para dar lugar ao arquivo do Tribunal de Justiça

# Derrubando o que restou do passado

**D**ois casarões antigos da rua Muniz Freire foram derrubados na semana por ordem do Presidente do Tribunal de Justiça. Eles estavam tombados pelo Conselho Estadual de Cultura. A derrubada dos prédios históricos desrespeitou as decisões do CEC. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, segundo um dos conselheiros, não está respeitando as leis.

Fernando Tatagiba  
Fotos Arquivo AT

I

A última parede está prestes a cair. O operário futuca o canto com a pá, onde ainda existe um pouco de pó. Ali se encontram os escombros do casarão nº 75, da rua Muniz Freire, no centro da cidade. O único recanto que sobrevivia ao "progresso" desenfreado do capitalismo selvagem.

Vitória já foi uma cidade-presépio.  
Hoje é uma cidade-banco.  
Uma cidade-sapataria.  
Uma cidade-boutique.  
Uma cidade-camelô.  
Uma cidade-bêbados de rua.  
Uma cidade-prostituta.  
Uma cidade-lanchonete Cavalos de Aço.

II

IV

A derrubada dos antigos casarões desrespeitou as decisões do Conselho Estadual de Cultura, que, de agora em diante, não tem mais razões para existir.

Um Conselheiro, que não quis se identificar, comentou: — Com antecedentes como estes, ninguém vai querer respeitar mais nada no Espírito Santo.

O presidente do Tribunal de Justiça afirmou que necessitava de uma área para construir um novo prédio e que se o governo do Estado não lhe cedesse uma área iria mesmo derrubar os imóveis tombados pelo CEC, para construção de um novo edifício para arquivos do Tribunal. Um anexo do órgão.

V

Agora, nada mais resta dos dois casarões antigos da rua Muniz Freire.

VI



**conselheiros, não está  
respeitando as leis.**

**Com antecedentes como estes,  
ninguém vai querer respeitar  
mais nada no Espírito Santo. E o  
Conselho Estadual de Cultura?  
Terá ainda razões para continuar  
a existir?**

## Um conselheiro depõe sobre o assunto

Gabriel Bittencourt, Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, falou sobre os controvertidos tombamentos e posteriores derrubadas dos prédios.

**AT — O que aconteceu realmente com as casas da rua Muniz Freire?**

**GB —** Aqueles imóveis eram de propriedade particular, os quais o conselho tinha intenção de tombamento. Aliás, estavam relacionados no PDU. Quando foi feita a desapropriação para o Tribunal, ficamos mais tranquilizados na medida em que o próprio prédio passava ao patrimônio do poder público, judiciário. Com isto, houve mesmo um compromisso verbal à época com o presidente do Tribunal de que o imóvel não seria demolido. Pensando-se na época que o poder executivo providenciasse um outro terreno ou imóvel para o fórum. Entretanto, ante o descompromisso do próprio Tribunal que deu início à demolição, o CEC promoveu o competente tombamento, que resguardaria o que restava do bem. Mais uma vez o presidente do Tribunal comprometeu-se em sustar a demolição: como se sabe não cumpriu a palavra ante a sanha destruidora que está assolando a rua Muniz Freire.

**AT — E o Conselho Estadual de Cultura, com isto, como se encontra psicologicamente?**

**GB —** O CEC está revoltado e busca meios através da Procuradoria do Estado de penalizar os órgãos ou as pessoas que desrespeitaram a lei, destruindo o imóvel.

**AT — E o CEC tem razões de continuar existindo depois disso?**

**GB —** Se não houver nenhuma sanção contra os infratores, o próprio poder judiciário estadual que, em tese, deveria respeitar a lei, será difícil fazer o particular cumpri-la.

## II

O mestre de obras se aproxima e mostra a dois operários algumas madeiras na janela de estilo colonial.

Os dois, munidos de enxada e martelo, derrubam os restos do passado, apagando tudo como no final de um sonho.

O mestre de obras olha para o repórter, não entendendo o motivo de tamanha curiosidade:

— Olha, no mês passado, derrubamos outro imóvel, o nº 95, desta mesma rua. Teve o mesmo destino deste casarão velho aqui. E dizem que estão tombados pelo patrimônio histórico. Nós recebemos ordem de derrubar tudo...

## III

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo não está respeitando as leis e determinações do Governo.

Apesar do tombamento oficial do prédio nº 75 da rua Muniz Freire, ele já se encontra totalmente demolido. Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Geraldo Correia Lima. O mesmo aconteceu no mês passado com a casa nº 95, que desapareceu sem deixar vestígios...

Quatro caminhões e cinco operários trabalharam durante 10 horas por dia para enterrar o que restava do passado.

O mestre de obras volta a falar:

— Quem determinou a demolição foi a Justiça. Qualquer coisa tem que falar com o Dr. Geraldo, no Tribunal.

**A rua Muniz Freire, uma das poucas que até hoje mantém o maior conjunto de casarões do início do século, aos poucos está perdendo esta característica. Como disse um dos membros do Conselho Estadual de Cultura, órgão que decide sobre tombamentos de prédios históricos, com a derrubada de dois casarões na rua no mês passado, quem irá respeitar a partir de agora os nossos monumentos históricos?**



## VI

O mesmo aconteceu com os cines Jandaia e Vitorinha, que exibiram seriados e alguns clássicos do cinema em épocas áureas. No lugar existe uma gigantesca sapataria. Pobres não entram: existem fiscais na entrada. A classe-média entra, olha, mas não compra nada.

No lugar do cine Juparanã — que, em tempos gloriosos, exibiu durante uma semana *O Sétimo Selo*, de Ingmar Bergman — está sendo construído mais um banco. Pobres não entrarão: existirá, obviamente, guardas de segurança na porta. A classe-média entrará apenas para pedir dinheiro emprestado.

Enquanto isto, uma enorme Feira do quilo substituiu o que foi o cine Aterac, no Ibes. Ali, há muitos anos, foi exibido um filme de Fellini.

Hoje, sobrou apenas uma mulher magrinha, que foi bilheteira do cinema, arrastando um saco de verduras. À noite, ela se sentará diante da televisão para ver novela do horário nobre, uma trama irreal — sem tombamentos nem pobres — entre anúncios de sabão-em-pó e ilusão...

## VII

Dentro de algum tempo, ninguém mais falará a respeito dos casarões derrubados da rua Muniz Freire.

Dentro de algum tempo, no mesmo lugar, se erguerão novos edifícios. Ali, no meio de nenhuma poeira e nenhum barulho, estudantes de Direito e novos advogados estudarão os processos arquivados — será que houve algum erro judiciário? Será que alguém foi condenado sem culpa? — e trocarão olhares cúmplices...

Ali, dentro de algum tempo, nos corredores e elevadores, homens de terno e gravata conversarão, com gestos graves, sobre temas monótonos e sérios, como num filme que nunca tem fim...